



Entre o controle e o ativismo *hacker*: a ação política dos Anonymous Brasil

*Between control and hacker
activism: the political actions
of Anonymous Brasil*

Murilo Bansi Machado

Jornalista, Controladoria Geral do Município de São Paulo.
Avenida São João, 473, 16º andar
01035-000 – São Paulo – SP – Brasil
mm@murilomachado.com

Recebido para publicação em setembro de 2014.

Aprovado para publicação em abril de 2015.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702015000500002>

MACHADO, Murilo Bansi. Entre o controle e o ativismo *hacker*: a ação política dos Anonymous Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, supl., dez. 2015, p.1531-1549.

Resumo

Este trabalho trata da ação política dos Anonymous, principal expressão do ativismo *hacker* atual, argumentando que o hacktivismismo se configura como uma forma de resistência política nas sociedades de controle. Para isso, centra-se no estudo da faceta brasileira e hacktivista do coletivo. A fim de ressaltar seu caráter político, recorre às principais expressões do *hacking* na literatura. Descreve motivações, métodos e a ética de sua ação política, tendo como base uma análise comparativa de duas operações deflagradas por Anonymous brasileiros em 2012: #OpWeeksPayment e #OpGlobo. Por fim, identifica quatro de suas principais formas de engajamento político: promoção do anonimato; “evangelização”; formação de redes distribuídas; e o fato de o coletivo exibir e possibilitar várias formas de ações políticas.

Palavras-chave: Anonymous Brasil; hacktivismismo; ciberativismo; sociedade de controle.

Abstract

This paper addresses the political actions of Anonymous, the principal expression of current hacker activism, arguing that hacktivism is a form of political resistance in control societies. To this end, it focuses on studying the Brazilian, hacktivist facet of the collective. In order to stress its political character, it scrutinizes the principal expressions of hacking in the literature. It describes motivations, methods and the ethics of its political actions, based on a comparative analysis of two operations carried out by Brazilian Anonymous adherents in 2012: #OpWeeksPayment and #OpGlobo. And it finishes by identifying four of its main forms of political engagement: promotion of anonymity; “evangelization;” the formation of distributed networks; and the fact that the collective carries out and facilitates several types of political actions.

Keywords: Anonymous Brasil; hacktivism; cyber activism; control society.

A tuando na esteira de uma rede que já contava com uma robusta repercussão na comunidade internacional, os primeiros nichos da rede Anonymous no Brasil começaram a despontar pelo país, criando grande alarde tanto nas diversas esferas sociais como em algumas instâncias dos governos. Com isso, essa rede composta por hacktivistas se estabelecia de maneira mais ou menos coordenada no Brasil, valendo-se da mesma marca – “Anonymous” – que ressignificara o *hacking* político poucos anos antes. Importante observar que a rede Anonymous não é composta apenas por *hackers*. Ao contrário: entre seus apoiadores, há ativistas com formações bastante distintas, além de pessoas ligadas a inúmeros setores sociais, não necessariamente relacionados ao *hacking* e à tecnologia. Sem desconsiderar esse aspecto, este trabalho se dedica principalmente à faceta hacktivista e brasileira desse coletivo.

Este texto, ancorado em uma pesquisa de mestrado (Machado, 2013) então pioneira sobre os Anonymous no Brasil, trata de esboçar uma caracterização inicial da ação política dessa rede, cujo mapa geral nunca poderá ser apreendido integralmente, dado que seus nós e entroncamentos estão em constante e veloz transformação. E argumenta que o hacktivismo se configura como uma forma de resistência política no contexto das sociedades de controle.

Para isso, realizou-se um estudo de caso descritivo da principal expressão do ativismo hacker nos últimos anos, combinando pesquisa primária (documentação, pesquisa bibliográfica e entrevista com indivíduos identificados com os Anonymous Brasil) com a observação direta por parte do pesquisador.

O ponto de partida se deu na busca das origens e principais faces do coletivo. Com isso, realizaram-se entrevistas com 22 pessoas – na maioria, *hackers* – que atuaram junto aos Anonymous Brasil, sendo 20 delas via comunicador instantâneo *on-line* e outras duas presencialmente. O ponto de encontro foram os meios comunicação usados pelo coletivo, como IRC, *blogs* e redes sociais. De forma complementar, foram utilizados relatos feitos por grupos e indivíduos identificados com os Anonymous em *sites*, *blogs*, redes sociais, além de repositórios de vídeos e textos.

Em seguida, observou-se a presença do coletivo na rede em duas operações deflagradas por diferentes grupos autoidentificados como Anonymous no Brasil. Nelas, observou-se o modo como foram apresentadas suas propostas, seu método de ação, a comunicação do coletivo com o público externo, o recrutamento de apoiadores para os atos, os principais grupos envolvidos e suas inevitáveis contradições. Para viabilizar essa análise, foram armazenados os registros de postagem dos dois principais canais de comunicação utilizados durante as operações: o Twitter – por meio da ferramenta *on-line* myTwebo – e o IRC, via guarda de *logs*.

A seguir, discutem-se as principais expressões do *hacking* na literatura, bem como os reflexos dessa atividade nas sociedades de controle.

Do hacktivismo

Para iniciar o relato sobre o coletivo Anonymous em sua faceta hacktivista e brasileira, fazem-se necessárias algumas considerações quanto a essa forma específica de (ciber)ativismo. É possível observar na literatura que o *hacking* de computador foi uma atividade carregada de traços políticos desde seu início, entre o fim da década de 1950 e o início da década de 1960.

O clássico *Hackers: heroes of the computer revolution* (Levy, 2010) desvela o código de ética, as motivações e o espírito que embasaram aquela que se tornou conhecida como a primeira geração de *hackers* – indivíduos que tinham como *habitat* natural os laboratórios do Massachusetts Institute of Technology (MIT), no início dos anos 1960. Levy mostra que, no cerne da cultura *hacker*, está a noção de que as informações devem ser totalmente livres e de que o uso dos computadores, por seu potencial revolucionário, deveria ser tão universal quanto possível:

O acesso aos computadores... deveria ser ilimitado e total.
Todas as informações deveriam ser livres.

Desconfie da autoridade – promova a descentralização.

Hackers deveriam ser julgados por seus ‘hacking’, e não por falsos critérios, tais como grau de escolaridade, idade, raça ou posição social. Você pode criar arte e beleza em um computador.

Os computadores podem mudar sua vida para melhor (Levy, 2010; destaque do autor).¹

O autor ainda constata que aqueles primeiros *hackers* de computador não se organizavam por meio de hierarquias; desconfiavam (e, por vezes, zombavam) da autoridade; promoviam ações colaborativas e descentralizadas; compartilhavam os resultados de seus trabalhos; e serviam, sempre que possível, ao restante da comunidade. Seguindo o curso da história, os *hackers* da chamada segunda geração – que marcou os anos 1970 e se tornou conhecida como a dos “*hackers de hardware*” – ansiavam por mudar as máquinas, tornando-as menores, mais interativas e amigáveis. Um de seus objetivos era tirá-las do controle exclusivo dos técnicos especializados, levando-as ao máximo número possível de indivíduos, empoderando-os.

Assim como Levy, Pekka Himanen (2001) observa outros traços políticos no *hacking*. Em *A ética dos hackers e o espírito da era da informação*, argumenta que a ética *hacker* representa uma oposição à ética protestante e ao modo de vida dela derivado. Comparando os principais valores da ética protestante (dinheiro, trabalho, otimização, flexibilidade, estabilidade, determinação e contabilização dos resultados) aos da ética *hacker* (paixão, liberdade, valor social, abertura, atividade, cuidar e criatividade), nota-se que o *hacking* desvela posições políticas de enfrentamento à ética protestante.

Se o *hacking* sempre foi uma atividade carregada de traços políticos, também é possível afirmar que o hacktivism dá um passo além. Enquanto as primeiras gerações de *hackers* estavam centradas nas políticas relacionadas a *softwares* e *hardwares*, os hacktivistas transpuseram mais claramente esse caráter político ao plano social, realizando ações diretas de desobediência civil. Assim, o ativismo *hacker* pode ser definido como o uso de ferramentas digitais tendo em vista fins exclusivamente políticos, que não raro são logrados de maneiras transgressivas e/ou disruptivas. De forma mais ampla, trata-se da junção das ferramentas e conhecimentos técnicos encontrados no *hacking* e de uma forma especial de ativismo político – realizado por meio das redes digitais (Samuel, 2004).

Nessa conformação, pode-se afirmar que o hacktivism tal como hoje o conhecemos tem uma de suas origens em meados da década de 1990, por meio do engajamento na rede de colaboração em apoio ao movimento zapatista – o “primeiro movimento de guerrilha informacional” da história (Castells, 2002, p.103). Os zapatistas formaram uma grande teia

eletrônica de luta em redor do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), reunindo movimentos feministas, grupos de mídia independente, indígenas, ativistas de direitos humanos, ambientalistas, entre outros (Cleaver, 1998). Além desses movimentos sociais tradicionais, que também se valeram maciçamente da internet e demais mídias para se comunicar e chamar a atenção da comunidade internacional (Ortiz, 2003), surgia um pequeno grupo de hacktivistas que resolveu levar o ativismo a práticas mais transgressivas no campo virtual: o Electronic Disturbance Theater – EDT (Wray, 1998).²

Desde o fim dos anos 1990, diversas experiências hacktivistas floresceram após a ação do EDT. Em 2001, contudo, o *hacking* e o hacktivismo sofreram um duro golpe. Por um lado, Antoun (2011) observa que houve uma cisão no movimento hacker a partir dos ataques terroristas às torres gêmeas, ilustrado por uma série de desentendimentos entre os membros da lista de discussão do congresso Hope, da publicação *2600*.³ Enquanto parte do movimento queria atender ao apelo do departamento de Defesa dos EUA de “guerra ao terror”, realizando uma série de investidas contra países totalitários na tentativa de mostrar o poder da liberdade de expressão, outra parte optou pela não agressão. Com isso, o movimento se viu dividido. Por outro lado, após os atentados e a implementação do Ato Patriótico nos EUA, que despertou uma onda de vigilância em todo o mundo, firmou-se uma visão que imperava nos discursos dos governos e, principalmente, dos meios de comunicação desde os anos 1980: de que os hackers são perigosos cibercriminosos, ou terroristas, e o *hacking* é uma atividade antissocial e criminosa (Vegh, 2003).

Dessa maneira, embora não tenham deixado de existir, as ações hacktivistas se mantiveram mais ocultas e veladas. Esse cenário, no entanto, alterou-se no final dos anos 2000. Com a chegada dos Anonymous, a história do ativismo *hacker* ganhou novo capítulo. A partir de 2008, o hacktivismo não apenas começa a renascer, mas o faz emergindo do espaço *underground* e criando alarde, a ponto de preocupar governos e corporações. Pretensamente escondidos pela máscara que imita o rosto de Guy Fawkes,⁴ centenas de indivíduos e grupos hacktivistas em todo o mundo se sentiram à vontade para realizar diversas ações, esforçando-se para chamar a atenção da imprensa e desafiando as facetas do controle.

Do controle

À medida que as sociedades contemporâneas constroem e adotam tecnologias digitais de comunicação, despontam formas de comando cada vez mais precisas e sofisticadas que, por meio da vigilância e das biopolíticas de modulação, exercem um controle jamais visto. Contudo, as mesmas tecnologias que controlam também são capazes de oferecer oportunidades de resistência.

Ao situar a chamada “sociedade de controle”, Gilles Deleuze opera na esteira de uma periodização da história levada a cabo por Foucault e sistematizada pelo próprio Deleuze (1992). O controle figura como uma etapa posterior à disciplina, que, por sua vez, sucede a soberania. Foucault identificou as sociedades disciplinares entre os séculos XVIII e XIX, sendo o ponto de transição entre elas e a sociedade de soberania a figura de Napoleão Bonaparte (1769-1821). São inúmeras as diferenças entre esses mapas sociais. Deleuze segue Foucault ao tratar o poder como algo desprovido de centro de comando, mas indica que a sociedade de

controle apresenta mecanismos ainda mais sofisticados para implementar o poder, que passa a ser exercido ao ar livre, de modo totalmente distribuído, ao contrário das antigas disciplinas, que dependiam da arquitetura de sistemas fechados de confinamento.

Nas sociedades disciplinares, a linguagem comum a todos os meios de confinamento é analógica. Ao deixar uma instituição para adentrar outra (ex: da fábrica para a família ou da escola para o exército), supõe-se que o indivíduo começa do zero; já na sociedade de controle, a linguagem que une os comandos é completamente numérica. O confinamento disciplinar opera como uma moldagem, disciplinando os indivíduos – um mesmo molde fixo pode ser aplicado a diversas formas sociais. Os controles, em contrapartida, são representados por uma modulação, isto é, uma moldagem autodeformante, adaptável, flexível, mutante.

A disciplina pode ser representada pela fábrica: inseridos em uma moldagem, os trabalhadores realizam funções semelhantes, recebem o mesmo salário e negociam coletivamente. Já o controle é marcado pela empresa: em diferentes modulações, colaboradores desempenham trabalhos distintos, recebendo valores distintos, e estimulados por diferentes tipos de prêmios, bonificações etc.

Na sociedade de controle, a mesma modulação autodeformante interpenetra a formação educacional, o trabalho na empresa, a vida em família. O controle permite e incentiva uma verdadeira interpenetração dos espaços, tornando os indivíduos prisioneiros em campo aberto, sempre rastreáveis. Por isso, as tecnologias de que se valeram as sociedades disciplinares (máquinas energéticas, termodinâmicas) passam a dar lugar a máquinas de informática, que também cumprem o papel de auxiliar no controle dos indivíduos ao ar livre. “O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado” (Deleuze, 1992, p.228).

Atualizando essa formulação deleuziana, autores como Galloway (2004) observam que, na era da cibernética, as tecnologias digitais de comunicação tornaram-se algumas das principais ferramentas da sociedade de controle, sendo que a internet passou a ser uma de suas maiores expressões, e os *hackers*, um de seus mais relevantes atores políticos. Afinal, as novas tecnologias de comunicação e as redes informacionais são, antes de qualquer coisa, tecnologias e redes de controle. Permitem um controle horizontal, disperso e distribuído. Com a crescente e irreversível digitalização das informações, combinada ao uso irrefreável dessas tecnologias, todo (ciber)cidadão é passível de ser controlado a todo momento.

Esse controle se traduz principalmente de duas maneiras. A primeira diz respeito aos rastros de navegação, a implementação de programas de cibervigilância. Isso ocorre porque as redes sociotécnicas em que estamos todos envolvidos são abundantes: comércio, transporte, telecomunicações, água, luz, computação etc. Todas as atividades realizadas nessas redes são rastreáveis e geram um conjunto de dados e padrões de comportamento que são muito rentáveis às instituições típicas do capitalismo pós-industrial. Em segundo lugar, o controle opera por meio do bloqueio de acesso aos mais diversos conteúdos. Aqui entram as informações confidenciais, os segredos de Estado e principalmente as questões que envolvem *softwares*, linguagens de programação, padrões, formatos e protocolos, todos abundantes na rede. Trabalhando com o conceito de “protocolo” – um conjunto de recomendações e regras que determinam padrões técnicos e, com isso, governam o modo como “tecnologias específicas são acordadas, adotadas, implementadas e usadas pelas pessoas no mundo” –, Galloway (2004, p.7) observa que é inútil negar o controle protocológico, uma vez que, para simplesmente

navegar na internet, é necessário aceitar um de seus principais protocolos, o conjunto TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol). Outras funções básicas demandam novos protocolos, que também exigem ampla aceitação. Portanto, investir contra essa forma de controle implica aceitá-la para, nas palavras do autor, “hipertrofiá-la”. Iludir o controle.

Nesse cenário, o ativismo *hacker* desponta como uma resposta à sociedade de controle. Dia após dia, hacktivistas se unem para, entre inúmeras outras ações: furar bloqueios indesejáveis; libertar informações de interesse público; promover a proteção da privacidade dos internautas; criptografar comunicações; desenvolver *softwares* inclusivos, cujo uso independa de empresas; e, mais especificamente no caso dos Anonymous, empreender ações digitais diretas em protesto a atos de governos e/ou corporações. Desde que se tornou um movimento de ações de massa, os Anons – como muitos Anonymous se chamam entre si – fizeram investidas contra o controle cibernético, hipertrofiando-o.

Dos Anonymous

Anonymous não é um grupo, tampouco um conjunto unificado, formal ou permanente de indivíduos. Trata-se de uma ideia e uma forma de ação compartilhadas por uma ampla, difusa e heterogênea rede de grupos e indivíduos. Por se tratar de uma ideia, não conta com donos, liderança central ou centro geográfico. Para aderi-la, não é preciso pedir permissão ou passar por qualquer tipo de processo seletivo.

Coleman (2011) observa que os primeiros registros de indivíduos Anonymous remontam ao 4Chan, um fórum de imagens no qual os usuários conseguem permanecer não identificados. Os primeiros atos desses indivíduos foram realizados simplesmente *for the lulz* (“lulz” como corruptela de LOL, ou *laughing out loud*), isto é, por pura diversão, e eram fundados no princípio da *trollagem* (chacota, provocação, uma espécie de *bullying* eletrônico). Escolhido um alvo, ele se tornaria vítima de ataques bem-humorados e sórdidos. No 4Chan, foram coordenadas ações como trotes telefônicos, sucessivos pedidos de pizzas para um endereço, revelação de informações pessoais, ações DDoS⁵ etc. Segundo a pesquisadora, pelo menos até o ano de 2006, indivíduos Anonymous realizaram várias dessas ações.

Dois anos mais tarde, em 2008, Coleman relata que os Anonymous passaram “do *lulz* à ação coletiva”, transformando-se em um coletivo de ativistas. O episódio que marcou essa transição foi uma imensa onda de protestos contra a Igreja da Cientologia norte-americana (Operação Chanology). O ponto de partida foi a divulgação de um vídeo (prática que se tornaria corriqueira nas próximas ações) declarando guerra contra a instituição. Nele, já éramos apresentados a outro de seus símbolos – uma pessoa trajando terno escuro e sem um rosto, ressaltando o caráter anônimo do movimento – e à assinatura virtual utilizada pela rede: “Nós somos Anonymous. Somos uma legião. Nós não perdoamos. Nós não esquecemos. Aguardem-nos”. A partir de então, além de diversos ataques virtuais, foram produzidos inúmeros posts em *sites*, *blogs* e redes sociais chamando a atenção para o fato de que a Igreja da Cientologia estava violando o princípio da liberdade de expressão. Paralelamente, também foram investidas diversas ações de negação de serviço contra *sites* da igreja. E, em 10 de fevereiro daquele ano, diversos manifestantes envolvidos com a questão decidiram ir às ruas: em várias capitais do mundo, mais de seis mil pessoas organizaram protestos, sobretudo em

frente às sedes da Igreja da cienciologia na América do Norte, na Europa, na Nova Zelândia e na Austrália (Coleman, 2011).

Em 2010, os Anonymous mais uma vez chamaram a atenção e entraram definitivamente na agenda pública ao deflagrar uma maior e mais complexa operação – a #OpPayBack, que ganhou força com o imbróglgio envolvendo a organização internacional Wikileaks e as empresas PayPal, Mastercard e Amazon. Estas atenderam aos pedidos do governo dos EUA para bloquear as doações destinadas ao Wikileaks (no caso das duas primeiras) e para bloquear o acesso ao servidor no qual hospedava seu conteúdo (no caso da Amazon).

Naquela ocasião, os Anonymous não apenas registraram seu apoio ao Wikileaks, mas resolveram responder diretamente às empresas. Durante algumas horas, seus *hackers*, nessa ocasião também organizados por meio do IRC,⁶ foram responsáveis por desabilitar os *sites* dessas corporações, inviabilizando seus serviços *on-line* e causando uma série de prejuízos.

É precisamente na #OpPayBack que começam, ainda que de forma incipiente, as primeiras atividades dos Anonymous Brasil. Anteriormente a ela, não era de todo incomum encontrar brasileiros – *hackers* de computador, em sua maioria – atuando em apoio à ideia Anonymous, muito em função de suas participações, eventuais ou sistemáticas, nos principais canais de comunicação ligados ao coletivo, sobretudo no 4Chan e em servidores internacionais de IRC. Por isso, quando se forjaram os primeiros coletivos genuinamente brasileiros identificados com os Anonymous no país, é possível afirmar que uma parte dos indivíduos que os compunham já atuava em operações deflagradas por cidadãos de outros países. Tal atuação, contudo, fazia-se mormente individual e esporádica, contribuindo sobretudo com ações pontuais.

A #OpPayBack é responsável por mudar esse cenário. Por conta de sua repercussão, em especial após o envolvimento das retaliações ao Wikileaks, vários brasileiros passaram a buscar informações sobre o engajamento em atos de apoio aos Anonymous. Um desses espaços privilegiados, que exerceu papel fundamental na criação da vertente brasileira do coletivo, foi o fórum What Is The Plan (WITP).

O WITP ganhou força e adeptos após a Operação PayBack, quando atuou como um meio de esclarecer dúvidas e receber novos participantes. Afinal, embora muitos apoiassem os protestos em massa deflagrados na operação, boa parte das pessoas ainda não fazia uma ideia clara de quem ou do que eram os Anonymous, ou em que e como atuavam. Além do fórum, no qual se abriu uma seção de brasileiros, logo começaram a surgir os primeiros canais no IRC. Inaugurados principalmente nas redes AnonOps (irc.anonops.com) e AnonNet (irc.anonnet.org), esses canais contavam com ações diretas, com grande número de operações e boa dose de hacktivism, além de outras ações invasivas e não necessariamente políticas (caso, em geral, da AnonOps), e também canais cujos membros estavam também preocupados com a politização das ações e dos novos membros (caso, em geral, da AnonNet). Cabe salientar, no entanto, que tais redes são extremamente híbridas e, por isso, podem comportar espaços que fujam totalmente a essa sistematização.

Com o passar do tempo, os Anonymous brasileiros começaram a se engajar em diversas operações, deflagradas espontaneamente por grupos e indivíduos independentes. Sempre em contato com o movimento internacional, que por diversas vezes auxiliou os brasileiros tanto com ideias para ações quanto na hospedagem dos servidores dos sites e do IRC, foram realizadas ações locais, regionais, nacionais e alguma até globais – como a #OpMegaupload e

as operações em apoio à chamada Primavera Árabe. Dentre essas, duas delas foram analisadas neste texto: a #OpWeeksPayment e a #OpGlobo.

Da operação #OpWeeksPayment

A Operação WeeksPayment foi planejada e executada pelos grupos AntiSecBrTeam e iPirates, compostos por boa parte dos ex-membros da vertente brasileira do grupo LulzSec, a LulzSecBrazil. Reunidos em torno do perfil @AnonBrNews na rede social Twitter, esses *hackers* se engajaram em uma operação totalmente à sua maneira: grandes e vistosas ações de negação de serviço (DDoS), com mensagens veiculadas em diversos canais de comunicação e registros na mídia. Embora tenha sido realizada entre os dias 30 de janeiro e 3 de fevereiro de 2012, um membro desse nicho reportaria meses depois ao pesquisador que o desejo de realizá-la era anterior. No entanto, eram aconselhados por outros indivíduos a não realizá-la, alegando que carecia de maior fundamentação política e teria como principal feito atrapalhar os brasileiros justamente na semana de seu pagamento.

Pois a #OpWeeksPayment consistiu justamente nisto: tirar do ar os *sites* de cinco dos maiores bancos brasileiros de segunda a sexta, durante a semana do pagamento, quando tradicionalmente ocorre um grande número de operações financeiras por parte dos bancos e seus clientes. A cada dia da semana, um banco viu seu servidor inundado por requisições de acesso e, por consequência, tornou-se impossível acessar sua página. Enquanto alguns *sites* permaneceram fora do ar durante algumas horas, outros voltaram às atividades em minutos, embora com lentidão.

Na segunda-feira, 30 de janeiro, o alvo dos hacktivistas foi o banco Itaú, cujo *site* ficou instável no período da manhã. Na terça-feira, foi a vez do Bradesco. Já na quarta e na quinta-feira, os atingidos foram Banco do Brasil e HSBC, respectivamente. Na sexta-feira, o coletivo investiu contra os *sites* da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), do Banco Central, das operadoras de cartões de crédito Cielo e Redecard, além dos bancos Citibank, BMG e PanAmericano. Na sexta-feira (3 de fevereiro), dia em que se encerrou a #OpWeeksPayment, os hacktivistas tornaram claros seus objetivos mais gerais em duas mensagens enviadas pelo referido perfil no Twitter: “Temos condições de causar um caos jamais visto, mas este não é o objetivo do movimento”. E, em seguida: “O objetivo é alertar a população sobre o que acontece no país e como ela pode fazer algo para mudar a situação. Isso é ser Anonymous”. Embora não se possa precisar se esse objetivo foi plenamente atingido, pode-se afirmar que, ao menos quanto à repercussão, as ações chamaram bastante atenção. Ao longo da semana, os próprios *hackers* estabeleceram um contato direto com a imprensa, principalmente via *e-mail*, e divulgaram um comunicado em áudio que foi utilizado por diversos veículos de comunicação.

Para a #OpWeeksPayment, os Anons que a realizaram dispensaram qualquer ajuda de apoiadores nas ações hacktivistas. Em entrevistas posteriores a este pesquisador, por mais de uma vez, um dos *hackers* mais ativos na #OpWeeksPayment afirmou que, embora ajude em operações internacionais dos Anonymous, nos atos hacktivistas empreendidos por esse nicho, “não precisamos de ajuda, nem pedimos”. No entanto, tal pedido restringe-se ao hacktivism, uma vez que outras formas de apoio são bem-vindas e encorajadas – espera-se que os apoiadores divulguem as operações e fomentem o debate político gerado por elas.

Nessa operação, ainda foi possível observar a presença marcante de um norteador dos Anons brasileiros. Trata-se do *lulz*, tal como descrito anteriormente. Apesar de se mostrar como um protesto coordenado com o objetivo de chamar a atenção para questões políticas e sociais sérias (a corrupção nos sistemas político e financeiro do Brasil), a #OpWeeksPayment não prescindiu de espírito brincalhão. Ao longo da semana, à medida que os *sites* saíam do ar, membros do grupo usaram novamente o Twitter para lançar mensagens provocativas. “Marujos venham ver a equipe de TI do @Itau andando na prancha! lolllllol ‘ItáOff’ ‘TangoPersonalite’ ‘Tango30H’”, postou o coletivo depois de o *site* do Itaú sair do ar, brincando com dois dos *slogans* do banco (“Itaú Personalité” e “Itaú 30h”) e a expressão “Tango Down”, comumente usada pelos Anons depois de uma ação DDoS bem-sucedida. Ao final da operação, dispararam: “Internet: R\$150,00. PC: R\$1.000,00. Derrubar as duas maiores operadoras de cartão de crédito do país: Não tem preço!”, fazendo referência à mensagem publicitária da Mastercard.

Também foi na #OpWeeksPayment que, de maneira bastante polêmica, esse nicho dos Anonymous no Brasil estampou um de seus lemas: o de que as pessoas conheceriam as suas ideias “pelo amor ou pela dor”. No áudio divulgado durante a operação, um dos *hackers* sugeriu que as ações eficientes de protesto eram aquelas capazes de afetar diretamente a vida da população. “Nossos ataques eram direcionados a *sites* do governo. Mas isso não está surtindo muito efeito e vimos que a população não está reagindo. Então, decidimos tomar medidas mais extremas para isso. Irão nos conhecer pelo amor ou pela dor”. Essa declaração causou certa celeuma entre quem, até aquele momento, estava apoiando a #OpWeeksPayment. Para estes, o foco da operação deveria ser um protesto contra os sistemas político e financeiro no Brasil, e não o fato de atrapalhar as pessoas.

A principal crítica veio justamente de outros nichos Anonymous no Brasil, que, antes mesmo de seu início, já reprovavam a operação. Esta, aliás, foi incessantemente debatida em canais de IRC e em redes sociais. Em função do caráter anônimo, disforme e espontâneo da ideia Anonymous, fatos como esse não são incomuns. Pelo contrário. Não houve registro de operação em que o planejamento, a organização ou o método de execução fossem unânimes. Durante a WeeksPayment, a reação mais contundente veio do Plano Anonymous Brasil, coletivo cujos membros se alinhavam mais à face inclusiva e dialógica dos Anonymous. À época, ainda mantinha ativos o perfil @PlanoAnonBr, no Twitter, e a página Plano Anonymous Brasil, no Facebook. Logo no segundo dia, o PlanoAnon divulgou um comunicado via Facebook:

Anonymous não tem como alvo a sociedade, os prejudicados por esta ação são única e exclusivamente os cidadãos, que estão na primeira semana do mês, semana de volta as aulas, semana de pagamento. ... Esta ação está sendo executada por @AntisecBrTeam, @iPiratesGroup e @Lulzsecbrazil, grupos que se declararam contra o Anonymous abertamente, e estão executando essa ação como tentativa de desmoralizar o coletivo ao qual dedicamos várias de nossas forças há quase um ano. Eles, com toda sua necessidade doentia de atenção, decidiram assumir a postura de que ‘se não nos respeitam pelo amor, vão nos respeitar pela dor’.

Meses após a operação, vários indivíduos que faziam parte do PlanoAnon relataram a este pesquisador que, embora fosse de comum acordo que qualquer um pudesse se valer da marca Anonymous, isso não o isentaria das mais variadas críticas oriundas do próprio movimento.

E foram muitas: “Eu não tenho nada contra nenhuma operação. Se quer atacar o governo, beleza. Quer atacar o banco, beleza. Mas cara, atacar bancos no dia de pagamento prejudica apenas o cidadão. Isso tem nome: burrice”, opinou um dos *hackers* que se opuseram. Outro indivíduo, que colaborou com o movimento brasileiro desde o início, mas em ações que fugiram ao hacktivism, afirmou: “Alguém acredita que derrubar o *site* de um banco por quatro minutos vai realmente trazer pessoas para a nossa causa? Eu diria que é o contrário... Mais e mais pessoas vão nos enxergar como moleques... desordeiros...”.

No entanto, os responsáveis pelos protestos prosseguiram. Se parte do movimento se opunha a eles, isso não representava sua totalidade. No terceiro dia, por exemplo, outra página no Facebook, Anonymous Rio, se contrapôs às críticas:

[Anonymous] é uma ideia ou um conjunto de ideias sempre em construção, transformação, mutação e adaptação. Não existem cartilhas, centros, grupos, pessoas ou qualquer outra coisa que possa falar por Anonymous, todos podem falar por si. Ninguém pode falar por todos. Não existem lideranças e TODOS TEM QUE SER LÍDERES. Em resumo, você pode ser Anonymous, mas JAMAIS vai ser da Anonymous, pois isso não é um grupo ... O que valida uma Op é pura e simplesmente adesão. Não existem operações oficiais, reais, verdadeiras nem nada do gênero. Existem pessoas que concordam e pessoas que discordam ... Então se é isso que queremos temos que arcar. ... E os bancos vão continuar a cair esta semana!

Da operação #OpGlobo

A Operação Globo, realizada entre os dias 2 e 10 de abril de 2012, também se forjou bem à maneira Anonymous: um pequeno grupo de pessoas teve uma ideia, lançou uma operação e esperou por possíveis adesões de indivíduos Anons. E, tão logo foi declarada encerrada, viu seus apoiadores se dissiparem pela rede e seus canais de comunicação serem descontinuados.

Durante as ações que compuseram a #OpGlobo, dois desses canais se sobressaíram: a rede social Twitter, por meio do perfil criado especificamente para a operação (@OpGlobo), bem como outros vários perfis dos realizadores ou apoiadores dela – por exemplo, @Havittaja, @AnonIRC e @AnonopsPB, entre outros; e também o IRC, principalmente por meio do canal #OpGlobo, criado apenas para essa operação na rede VoxAnon (irc.voxanon.net).

Entre as postagens no Twitter, boa parte divulgava os *sites* que haviam sido derrubados e apontavam para o canal no IRC no qual as conversas estavam sendo realizadas. Outras se esforçavam para politizar as ações por meio da divulgação de *links* que direcionavam, por exemplo, para o documentário *Muito além do Cidadão Kane* ou para cartazes e manifestações de rua contra a TV Globo. Ainda por meio do Twitter, foi possível observar o apoio de perfis internacionais com altíssima influência e número de seguidores, tais como @YourAnonNews, @Anon_Central e @AnonymousWiki. Cada um dos três divulgou a operação ao menos uma vez.

O grande número de *tweets* que direcionavam os Anons apoiadores para o IRC levou ao canal #OpGlobo bem mais que uma centena de pessoas, uma quantidade considerável, tendo em vista que o canal fora criado havia pouco tempo e que se estava em meio a um feriado prolongado. Mesmo assim, o canal ferveu de mensagens de todo tipo – tanto é que os

logs (registros) de atividades, apenas nos três principais dias da Operação, entre 5 e 7 de abril, preencheram nada menos que 150 páginas de um editor de texto nas configurações padrão.

Ao chegar ao #OpGlobo, a primeira mensagem que o usuário recebia, tal como em qualquer canal do IRC, era seu tópico. Nele, os organizadores das ações colocavam os *sites*-alvos (a ser derrubados) do momento, de modo que, quem quisesse ajudá-los a manter as páginas fora do ar, poderia se guiar apenas por aquela mensagem. Já quem quisesse divulgar a operação ou conversar com quem estava envolvido nela, podia se juntar ao *chat* do canal.

Aqueles que chegavam ao canal por meio de uma mensagem Twitter, sem ter acompanhado previamente a operação, logo se deparavam com uma avalanche de mensagens. Nos dias mais ativos da #OpGlobo, era possível observar desde indivíduos totalmente perdidos até *hackers* estrangeiros perguntando pelos detalhes da operação e oferecendo ajuda. A madrugada entre os dias 5 e 6 de abril, por exemplo, foi tomada por uma rara euforia. Mesmo os Anons que frequentavam o IRC havia mais tempo se surpreenderam com a quantidade de usuários. Antes da meia-noite, quando seria divulgado o próximo alvo, pululavam várias mensagens ansiosas, com perguntas ou sugestões. “Preparem os canhões!”, exclamou um dos Anons, seguido por diversos outros.

Assim, quando se optou pela ação contra os *sites* da Fundação Roberto Marinho (<http://www.frm.org.br>, <http://www.fundacaorobertomarinho.com.br> e <http://www.fundacao-robertomarinho.org.br>), organização não governamental (ONG) pertencente às Organizações Globo, novas postagens eufóricas se fizeram, ora conclamando a todos para o “ataque”, ora reforçando os desvios supostamente praticados pela emissora, tais como manipulação da opinião pública e indevida dedução de impostos por meio do projeto Criança Esperança. Naquele dia, a página da fundação esteve fora do ar até pouco depois das quatro horas da manhã. E, ao passo que outras ações se realizavam, participantes do #OpGlobo propunham pequenas ações paralelas e, para isso, juntavam-se em pequenos nichos.

Ao final, a Operação Globo consistiu em uma série de ações de negação de serviço contra diversos *sites* ligados às Organizações Globo, conforme um comunicado publicado em uma aplicação *web* de compartilhamento de textos:

Olá a todos Anonymous, simpatizantes, e qualquer outra classificação que possa existir. Iniciamos uma grande operação. Cansados da manipulação da Globo, estaremos lançando a #OpGlobo. Objetivo: *sites* do subdomínio: globo.com. Por isso contamos com a ajuda de todos que estão lendo essa mensagem, com divulgação ou até mesmo ataques aos *websites*. Deixando clara a posição, não queremos censurar a mídia. Os próximos passos da operação serão dados no Twitter (Anonymous, 2012).

No comunicado, os Anons ainda passaram a atualizar o texto à medida que as páginas saíam do ar, apontando o tempo em que haviam permanecido inacessíveis. Entre os derrubados, destacam-se os *sites* Turma da Mônica, Canal Futura, Editora Globo, Telecine, Som Livre, Globosat, Sócio Premiere e Fundação Roberto Marinho.

A #OpGlobo tampouco prescindiu do espírito do *lulz*. Entre as mensagens de protesto, logo se viram chacotas de todo tipo. No terceiro dia de operação, um dos perfis postou no microblog: “Me chama de Rede Globo e me deixa te manipular todinha, sua linda!”. E, horas mais tarde: “A minha vó acabou de cair – TANGO DOWN!: Foram os Anonymous!”. No IRC,

em plena madrugada de ataques, em 6 de abril, participantes do #OpGlobo perguntavam-se se não seria um pecado muito grande atacar alguém durante uma sexta-feira santa.

Como é de praxe, a #OpGlobo não foi unânime entre os Anonymous. Enquanto ela acontecia, um vídeo postado no YouTube, mas removido poucos dias depois, questionava os fundamentos morais e políticos da operação. O maior questionamento entre os Anons baseou-se em uma regra tácita, que já havia algum tempo era seguida pela maior parte do movimento internacional: a de que, independentemente do que houvesse, os Anonymous não atacariam meios de comunicação, até mesmo em países em que eles fossem controlados pelo governo, uma vez que isso feriria a liberdade de informação, uma das clássicas bandeiras do coletivo. “Foi um monte de ataque sem sentido. Só ataca, sem passar nenhuma mensagem” – um Anon disse a este pesquisador alguns meses após a Operação Globo. Sobre o preceito de não se atacar a imprensa, outro Anon opinou: “Inicialmente, seria burrice mesmo. A melhor arma da imprensa é o desprezo. A imprensa pode queimar seus atos, porém te desprezar é muito pior. Então atacar a imprensa é burrice. Eles te ignoram e você sai perdendo”.

Por sua vez, os apoiadores da #OpGlobo lembraram que, em nenhum momento, voltaram-se contra os sites noticiosos da Globo, e os ataques foram investidos em páginas comerciais. Isso também foi debatido no IRC: após alguns dias de operação, alguns Anons propuseram que as ações se tornassem mais ousadas, direcionadas, por exemplo, ao portal <http://globo.com>. Imediatamente, um dos *hackers* organizadores disse: “SEM ATAQUES À GLOBO.COM. Globo.com é um portal de notícias, gente!”. Dessa forma, mesmo em meio a críticas, os protestos se seguiram, e o último registro de ação data de 10 de abril.

Pouco tempo após a realização da Operação Globo, o canal #OpGlobo, da rede VoxAnon, não existia mais, e parte dos perfis que o divulgaram no Twitter foram descontinuados.

Da ação política

Nas seções anteriores, o relato das operações analisadas nos permitiu observar o caráter heterogêneo, difuso e distribuído dos Anonymous brasileiros. Nas linhas que se seguem, destacaremos as principais formas de engajamento político verificadas.

Promoção do anonimato

Para os Anonymous, a questão do anonimato é entendida de diferentes aspectos: como um ideário, uma forma de se defender, um modo de se engajar coletivamente. Trata-se da melhor maneira que o coletivo encontrou para compartilhar uma identidade coletiva capaz de angariar uma legião de colaboradores que não necessitasse de identificação, conhecimento prévio ou credenciais para agir politicamente. Além disso, esta é uma das principais estratégias utilizadas para driblar o controle exercido por meio das redes, preservando a identidade dos ativistas.

Tal caráter anônimo dialoga com um preceito fundamental da cultura *hacker*: o de que um *hack*, uma ação ou uma ideia devem ser valorizados por aquilo que são, e não pelo gênero, etnia, credo, faixa etária ou posição social de quem os formulou ou realizou. Isso se mostrou evidente em diversos momentos – desde o *underground* do 4Chan até as duas operações analisadas. Em várias das discussões abertas nos canais IRC, cuja finalidade variava entre propor/avaliar operações ou refletir sobre os rumos mais imediatos, muitos dos indivíduos ali

presentes não tinham conhecimento sobre quem estava por trás daqueles *nicks* e, portanto, só poderiam discutir unicamente com base em suas ideias.

Além do mais, o caráter anônimo do coletivo expressa outra característica política dos Anonymous: a de que ninguém é sobressalente. Sempre que determinado *nick* tenta se expor mais do que a ideia ou a causa, tende a ser marginalizado. Por acreditar que isso fere a totalidade do princípio de anonimato, boa parte do coletivo opta por simplesmente não trabalhar com pessoas que agem dessa forma.

Assim, ao contrário dos chamados “novos movimentos sociais” (que compreenderam, por exemplo, o feminismo, as lutas raciais, pela liberdade sexual, movimentos pacifistas e de meio ambiente), que apelaram para a identidade social de seus(suas) apoiadores(as), culminando com o nascimento de uma política de identidade e com a conseqüente politização da subjetividade, da identidade e, sobretudo, do processo de identificação (Hall, 2005, p.45), os Anonymous operam com uma política de identidade *sui generis*. Em grande medida, não se apela para a identidade social de seus apoiadores, que são os mais diversos possíveis. Ao contrário, pode-se afirmar que, para os Anons, a identidade consiste em relegar, momentaneamente, sua identidade para segundo plano. Isso significa que a identificação com os Anonymous implica adotar uma identidade coletiva e pretensamente consensual em detrimento das próprias individualidades de seus apoiadores, que passam a ser ocultas. Dessa forma, nota-se que todos fazem parte da ideia Anonymous e, em tese, contam com uma voz ativa sobre ela. No entanto, ninguém está habilitado a falar em nome dela, muito menos a representá-la.

É por isso que essa identidade se sustenta em uma dicotomia: ela é fraca e forte ao mesmo tempo. Faz-se fraca porque é fluida, flexível, tênue, e sua barreira de entrada é praticamente desprezível. Mas também se faz forte à medida que suas condições encorajam vigorosamente a adesão de novos partidários, mesmo que seja para uma ou outra ação pontual, e pare por aí. E, ao mesmo tempo que os indivíduos se aproveitam da potência de uma legião anônima para atacar, também o fazem ao se defender, uma vez que o anonimato facilita ainda mais a dispersão sem deixar rastros – muito embora se saiba que, em plena sociedade de controle cibernético, esta se mostra uma tarefa humana (e mecanicamente) impossível. Assim, em uma era na qual os serviços *on-line* praticamente obrigam os usuários a se cadastrar, escancarando as várias facetas de suas identidades para alimentar gigantescos bancos de dados publicitários, a opção pelo anonimato não deixa de ser uma forma de resistência.

Vale ressaltar que, embora essa identidade coletiva anônima frequentemente tente se colocar sobre as individualidades, é preciso destacar que ela não é unificadora, uma vez que não é capaz (nem tem o objetivo) de eliminar a diversidade que caracteriza o coletivo. Logo, as individualidades não são, de modo algum, suprimidas. Pelo contrário. Os Anonymous não são uma ideia homogênea tampouco cegamente unida, mas um emaranhado de grupos e coletivos que possuem diferentes pensamentos e metodologias de trabalho, de modo que frequentemente são conflitantes uns com os outros. Para atestá-lo, basta ver as inúmeras reações que se sucederam às operações *WeeksPayment* e *Globo*. Uma vez propostas, enquanto alguns Anons se engajam em ações de apoio a elas, outros discordaram de seu ideal ou de seu *modus operandi*, passando a criticá-las abertamente e fomentando um debate que, em muitos

momentos, parece não ter fim. Além do mais, nada impede que os que se mostram contrários criem seus próprios nichos, suas próprias ações e seus próprios métodos de trabalho.

Ao mesmo tempo em que optam por esconder suas identidades, colocando-as a serviço de uma identidade coletiva totalmente anônima e difusa, os Anonymous exigem transparência e rigor por parte dos mais variados governos e corporações espalhados pelo mundo – o que leva a outro de seus lemas não oficiais: transparência para eles; privacidade para nós. Nesse sentido, para os Anons, o anonimato é válido como ferramenta política unicamente para os que não estão no poder. Por sua vez, quaisquer Estados ou empresas que tentarem se valer dele para qualquer propósito serão alvos em potencial.

Evangelização

Nos movimentos que se dedicam à produção, uso e divulgação de *softwares* livres, além dos programadores de códigos, dos tradutores (que permitem que uma distribuição ou aplicativo sejam utilizados por mais pessoas no mundo), dos documentadores (que se dedicam a elaborar manuais e tutoriais desses *softwares*) e mantenedores de sistemas, há uma figura que é fundamental para se captar novos usuários ou colaboradores: trata-se do que se convencionou chamar de “evangelizadores”. Em geral, tal “evangelização” é realizada por colaboradores que se saem bem ao falar em público ou têm um poder de convencimento acima da média. Por isso, são comumente escalados pelas comunidades de *software* livre para divulgar os trabalhos delas e do movimento em fóruns, congressos, *installfests* ou demais eventos. Em regra, a chamada evangelização se estende pela rede, com a ajuda de vários membros dessas comunidades postando informações em seus *blogs*, redes sociais, ou mesmo ferramentas criadas por elas próprias a fim de divulgação.

Analogamente, a julgar pela experiência brasileira, é possível dizer que os Anonymous também se engajam politicamente valendo-se de algumas formas de evangelização – isto é, levando a ideia adiante com o objetivo de que mais pessoas se identifiquem com e trabalhem por ela. Mas, ao contrário dos evangelizadores das comunidades de *software* livre, estes não o fazem principalmente em eventos presenciais, ou em nome de um grupo. De modo sumariamente anônimo, este trabalho vai-se realizando, paulatina e permanentemente, a cada operação lançada, mas também nas ações triviais do dia a dia do coletivo.

Fato é que, independentemente do nicho em questão, a preocupação com a evangelização parece fazer parte da própria ideia Anonymous. Seja qual for a natureza da operação, o ato de evangelizar invariavelmente estará entre seus objetivos – explícita ou implicitamente. E, de tão importante e decisivo, gera uma série de discussões. Conforme observamos, durante a #OpWeeksPayment, os nichos que se mostraram contrários às ações alegavam que seus realizadores não estavam “evangelizando” da maneira apropriada. Afinal, ao derrubar os *sites* dos principais bancos brasileiros durante a semana do pagamento, sobriam prejuízos apenas à população, de modo que a mensagem que o coletivo transmitia estava inevitavelmente distorcida. Por outro lado, os apoiadores da operação ressaltaram que, sem chamar a atenção das pessoas e dos meios de comunicação, nenhuma evangelização se mostraria eficaz.

Entre os Anonymous brasileiros, esse debate também se estendeu no tocante à metodologia dos protestos, uma vez que esta se mostra impreterivelmente relacionada à forma como a mensagem é transmitida – em uma palavra, à evangelização. Entre os *hackers* ativistas, muitos se

disseram mais favoráveis aos *defacements* em detrimento das ações de negação de serviço, dado que, ao se desfigurar a página inicial um determinado *site*, é possível passar uma mensagem de modo muito mais prático e direto do que simplesmente tirando-o do ar. Outros, por sua vez, preferem trabalhar com o hacktivismo no nível dos vazamentos de informações de interesse público, pois estas, quando reveladas, supostamente teriam maior poder de chamar a atenção das pessoas e mobilizá-las. Conforme sublinhou um dos hacktivistas brasileiros que atua junto aos Anonymous desde 2009, quando questionado sobre a melhor forma de se evangelizar: “Todas as formas de ataque só fazem sentido se forem realizadas na hora e momento certo. Tudo tem que ser mensurado. Acho que, muitas vezes, os hacktivistas não planejam. Só fazem. Esse é o erro primário”.

Formação de redes distribuídas

Além de promover o anonimato e se empenhar na dita evangelização, os Anonymous também se engajam politicamente por meio da formação de redes distribuídas independentes. Essa (des)organização não é à toa: reflete a multiplicidade de indivíduos, ideias e métodos envolvidos com o coletivo e o torna, por sua natureza, um ator político muito difícil (se não impossível) de ser abatido.

Entre todas as definições possíveis que diferenciam as redes centralizadas, descentralizadas e, como nesse caso, distribuídas, este trabalho optou pelas atribuições a elas conferidas pelo teórico norte-americano Alexander Galloway (2004, p.11-12):

Uma rede distribuída se diferencia de outras redes – como as centralizadas e as descentralizadas – na disposição de sua estrutura interna. Uma rede descentralizada consiste em um único ponto de poder central (um *host*) para o qual os nós radiais são atraídos. O ponto central está conectado com todos os nós satélites, que se conectam entre si apenas por meio do ponto central. Uma rede descentralizada, por outro lado, tem múltiplos pontos centrais, cada qual com seu conjunto de nós satélites. ... A rede distribuída é algo completamente diferente. ... Cada ponto em uma rede distribuída não é nem um *hub* central nem um nó satélite – não há troncos ou folhas. ... Como em um rizoma, cada nó em uma rede distribuída pode estabelecer comunicação direta com outro nó sem ter de se reportar a um intermediário hierárquico.

Um emaranhado heterogêneo de nós diretamente conectados uns com os outros sem intermediários hierárquicos; sem centros de controle ou geográficos; em comunicação multidirecional e irrestrita – assim se dispõem os Anonymous, um projeto de rede distribuída que frequentemente conta com células que se dissipam, após uma determinada operação, com a mesma velocidade com que se criaram, pouco tempo antes.

Assim, sob o espírito nômade, essa ação política em redes distribuídas permite aos Anonymous desenvolver múltiplas comunidades independentes, algumas vezes até isoladas, que podem variar em sua filosofia e metodologia de trabalho, objetivos específicos ou forma de realização das ações, mas respeitam-se quanto ao uso da marca Anonymous e estão intimamente ligadas por essa identidade coletiva da qual fazem parte. Como se pontuou anteriormente, não faltam exemplos dessas comunidades independentes interconectadas. Elas se formam em torno de redes de IRC, dos canais situados nessas redes, dos perfis em redes sociais, ou mesmo sob os esforços de operações específicas. Estas, por sua vez, são desenhadas

e executadas de acordo com as necessidades e vontades mais urgentes daqueles nichos que estão por trás delas. Basta uma rápida visita ao IRC para observar o espantoso número de pequenas operações ocorrendo simultaneamente, deflagradas por diferentes atores.

Dessa forma, a natureza do coletivo é condicionada pelo intrincado conjunto de relações – envolvendo junções, cooperações, mas também intrigas, atritos, tensões, contradições, rupturas etc. – que se dão entre esses diferentes nichos, assumidos como uma massa em constante interação. À medida que estes se movem, assumindo novas ações, propalando novas ideias, reivindicando novos modos de agir, o coletivo como um todo se transforma e se reinventa – passa do *lulz* à ação coletiva direta; move-se entre a rede e as ações de rua; e assim por diante.

O fato de fugir das formas institucionais tradicionais quanto à ação política, tanto nos protestos como nas tomadas de decisão, faz com que os Anonymous se tornem muito mal compreendidos pelas organizações que adotam estruturas hierárquicas de organização. Por exemplo, tornou-se cada vez mais frequente, nos noticiários da mídia de massa, apontar os Anonymous simplesmente como um “grupo” – ou, ainda, um grupo composto unicamente por *hackers*. Para responder a isso, um Anon ligado ao movimento internacional publicou, em agosto de 2011, um dos comunicados que se tornaram clássicos entre o coletivo, chamado “Anonymous não é unânime” (*Anonymous is not unanimous*):

Os Anonymous têm um problema de percepção. A maior parte das pessoas pensa que nós somos um grupo de *hackers* sombrios. Esse é um erro fundamental. Anonymous são ‘grupos’ de *hackers* sombrios, e é aqui que reside o problema. Os Anonymous fizeram uma série de benesses nos últimos nove meses. Ajudaram, junto com outros grupos, a fornecer apoio a pessoas localizadas em países onde ‘democracia’ é uma palavra ruim. A mídia *mainstream* precisa entender que Anonymous não é unânime (Anonymous..., 2011; destaques no original).

Esse talvez seja o principal desafio – e também o principal temor – das instituições hierárquicas que pretendem fazer frente aos Anonymous. Afinal, a quem culpar? A quem retaliar? Como capturar uma ideia? Como prender uma legião? A adoção de uma identidade coletiva que tenta, a todo momento, esconder suas individualidades é, por certo, um problema para essas instituições.

Possibilidade de várias formas de ações políticas

Por último, e talvez mais importante, é possível dizer que os Anonymous exibem e possibilitam a existência e a execução de uma vasta gama de ações políticas. Isso se verifica como uma decorrência natural das características mais eminentes do coletivo, que se delinearam até então. Afinal, seu caráter anônimo, distribuído, desprovido de lideranças, diretrizes ou núcleo geográfico, faz dos Anonymous uma marca que engendra a participação de diversos grupos e indivíduos em várias ações possivelmente desconexas, mas que se abrigam sob o grande guarda-chuva capitaneado por uma legião sem rosto.

Conforme observamos, há poucas barreiras de entrada para que os atores políticos se identifiquem e atuem como Anonymous. Não é preciso preencher formulários, seguir regras regimentais ou enviar dinheiro para quem quer que seja. Em grande medida, isso resulta em

uma vasta multiplicidade de operações, que podem variar em objetivo, metodologia ou ideário, a depender daqueles que as propõem e, principalmente, daqueles que eventualmente aderem a elas.

Essa vibrante pluralidade faz com que não seja nada custoso para um indivíduo se identificar com uma das inúmeras células Anons distribuídas pela rede, ou com alguma das dezenas de operações sempre em curso. E, mesmo que isso se mostre difícil, tal indivíduo certamente será respeitado caso prefira dar início à própria célula ou à própria operação, buscando possíveis adesões *a posteriori*. Ou seja: os Anons ganham força frequentemente com a capacidade de criar seu próprio canal, perfil, comunidade, operação, ou movimento em meio à ideia Anonymous.

Como consequência disso, os Anonymous se tornam uma via concreta, informal e convidativa para o engajamento político, culminando com um alto nível de envolvimento ativista nas operações de maior repercussão. Isso porque, embora cada um dos nós dessa rede distribuída seja condicionado pelas vontades e necessidades de sua base de apoiadores, e se transforme à medida que ela o faz, de tempos em tempos, eles se unem em operações ditas globais que, conforme se pontuou, contam com o trabalho coletivo de diversos nichos independentes espalhados pelo mundo.

Portanto, os Anonymous também se engajam politicamente exibindo e possibilitando ações políticas de toda sorte – por exemplo, desde um simples ato de divulgação de ideias até uma complexa operação hacktivista de vazamento de informações sensíveis.

Considerações finais

Este trabalho dedicou-se a caracterizar a ação política dos Anonymous, aqui identificada como a principal expressão do ativismo *hacker* nos dias atuais. Além disso, argumentou que o ativismo *hacker*, em geral, e que a rede Anonymous, em particular, configuram-se como uma forma de resistência política a um modo específico como o controle é exercido nas sociedades contemporâneas – as sociedades de controle, tal como formuladas por Deleuze (1992). Partindo dessa premissa, propôs-se a analisar algumas formas de engajamento político utilizadas por grupos e indivíduos identificados com o coletivo Anonymous no Brasil.

Tendo em vista as várias ações implementadas pelos Anons no Brasil e no mundo, observou-se que o coletivo usou de várias ferramentas e estratégias para resistir ao controle protocológico, tal como descrito por Galloway (2004) e Silveira (2012), entre outros autores. Suas ações de negação de serviço hipertrofiaram os protocolos de controle, usando-os para bloquear fluxos de comunicação que servem tanto a governos e corporações como aos usuários da rede; sua opção radical pelo anonimato esforça-se para iludir os sistemas de controle implementados sistematicamente pelos governos e corporações em todo o mundo; seus vazamentos de informação (*leaks*) são uma forma de utilizar as mesmas redes empregadas para controlá-los com a finalidade de mostrar aos “controladores” que eles também estão sendo observados e, em alguns momentos, serão hackeados:

Enquanto a resistência durante a Idade Moderna formou-se em torno de rígidas hierarquias e estruturas burocráticas de poder, na era pós-moderna ela se forma em torno de forças de controle protocológico existente nas redes. O *hacking* significa que a resistência mudou ...

Faz sentido que quaisquer forças que desejem resistir ao poder distribuído devam ser adeptas de estratégias distribuídas (Galloway, 2004, p.160).

Por fim, os ativistas *hackers*, em suas investidas contra as várias facetas do controle implementado nas sociedades contemporâneas, esforçam-se em chamar a atenção para novas formas de ação política, que vão se revelando cada vez mais indispensáveis aos ativistas do nosso tempo. E os hacktivistas, na vanguarda dessas movimentações, apresentam-se como atores fatalmente relevantes aos cenários políticos, sociais e econômicos que ainda se conformarão ao longo deste século.

NOTAS

¹ Nessa e nas demais citações de textos em inglês, a tradução é livre.

² O EDT foi estabelecido em 1997 com quatro membros: Ricardo Dominguez, Brett Stalbaum, Stefan Wray e Carmin Karasic. Nos anos 1990, o EDT promovia ações de desobediência civil eletrônica. Criou um *software* pioneiro, o Zapatista FloodNet, e convidou diversos indivíduos para participar de protestos *on-line* em massa contra o governo mexicano. O aplicativo possibilitava a quem não tivesse conhecimento técnico a realização de ações distribuídas de negação de serviço (Distributed Denial of Service, ou DDoS).

³ Revista norte-americana de periodicidade trimestral e com conteúdo direcionado ao universo *hacker*. O congresso Hope (abreviação de Hackers on Planet Earth) é anualmente patrocinado pela 2600.

⁴ Guy Fawkes foi um soldado inglês que tentou explodir o Parlamento britânico durante a Conspiração da Pólvora, em 1605. Responsável por guardar os barris de pólvora que seriam utilizados na explosão, ele acabou preso e condenado à morte. A máscara em questão tornou-se popular por conta da história em quadrinhos *V de Vingança*, de Alan Moore e David Lloyd, e principalmente pelo filme homônimo, assinado pelo diretor americano James McTeigue.

⁵ DDoS, ou Distributed Denial of Service (ataque distribuído de negação de serviço, como é conhecido em português), é uma prática que consiste em acessar repetidas vezes determinado servidor de maneira tal, que este acaba por não suportar essa sobrecarga. Com isso, ele para de oferecer seus serviços. Na prática, os sites que estão hospedados nos servidores que foram vítimas de um ataque DDoS bem-sucedido saem do ar. O fato de ser distribuído significa que: (1) ou vários usuários ativistas passaram a acessar determinado site de maneira ininterrupta, geralmente por meio de um software específico que permite atualizar a página em velocidade tamanha, que um dedo humano não conseguiria acompanhar; (2) ou um computador principal (o mestre) obteve o comando de vários outros computadores (zumbis ou escravos), forçando-os a praticar essa tarefa de ataque de negação de serviço. Convém observar que o DDoS não acarreta alteração de conteúdo das páginas, nem mesmo roubo ou danificação de suas informações. Ele simplesmente as desabilita. Por isso, alguns ativistas preferem chamá-lo de “protesto”, em vez de “ataque”.

⁶ IRC é um protocolo de comunicação da internet que pode ser utilizado para conversas e troca de arquivos leves. Quando as ações dos Anonymous passaram se tornar mais complexas, envolvendo grandes quantidades de pessoas, diversos servidores de IRC foram criados para que elas fossem minimamente coordenadas.

REFERÊNCIAS

ANONYMOUS.

Documento sobre a #OpGlobo. Paste HTML: Free anonymous HTML hosting. Disponível em: <http://pastehtml.com/raw/btg72yyul.html>. Acesso em: 15 abr. 2012. 2012.

ANONYMOUS...

Anonymous is not unanimous. Disponível em: <http://pastebin.com/4vprKdXH>. Acesso em: 15 nov. 2011. 2011.

ANTOUN, Henrique.

Expressões do novo ativismo: hackers e

o individualismo colaborativo. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Cidadania e Redes Digitais, 2011. São Bernardo do Campo. 2011.

CASTELLS, Manuel.

O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

CLEAVER, Harry.

Zapatistas e a teia eletrônica de luta. *Lugar Comum*, n.4, p.139-163. 1998.

- COLEMAN, Gabriella.
Anonymous: from the lulz to collective action. *The new everyday: a media commons project*. Disponível em: <http://mediacommons.futureofthebook.org/tne/pieces/anonymous-lulz-collective-action>. Acesso em: 7 dez. 2011. 2011.
- DELEUZE, Gilles.
Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: Deleuze, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora34. p.223-230. 1992.
- GALLOWAY, Alexander.
Protocol: how control exists after decentralization. Cambridge: MIT Press. 2004.
- HALL, Stuart.
A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A. 2005.
- HIMANEN, Pekka.
A ética hacker e o espírito da era da informação. Rio de Janeiro: Campus. 2001.
- LEVY, Steven.
Hackers: heroes of the computer revolution. Sebastopol: O'Reilly Media. 2010.
- MACHADO, Murilo Bansi.
Por dentro dos Anonymous Brasil: poder e resistência na sociedade de controle. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, Santo André. 2013.
- ORTIZ, Pedro.
México rebelde. In: Coggiola, Oswaldo. *América Latina: encruzilhadas da história contemporânea*. São Paulo: Xamã. p.269-299. 2003.
- SAMUEL, Alexandra Whitney.
Hactivism and the future of political participation. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Harvard University, Cambridge. 2004.
- SILVEIRA, Sergio Amadeu da.
Poder e anonimato na sociedade de controle. In: Silveira, Sergio Amadeu da; Josgrilberg, Fábio Botelho (Org.). *Tensões em rede: os limites da cidadania na internet*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo. p.109-123. 2012.
- VEGH, Sandor.
Hacking for democracy: a study of the Internet as a political force and its representation in the mainstream media. Tese (Doutorado em Estudos Americanos) – University of Maryland, College Park. 2003.
- WRAY, Stephen.
Electronic civil disobedience and the world wide web of hacktivism: a mapping of extraparlamentarian direct action net politics. *Switch: New Media Journal*, v.4, n.2. Disponível em: <http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan/index.html>. Acesso em: 3 fev. 2012. 1998.

